

Bernardo Gonçalves Fernandes

Curso de
**DIREITO
CONSTITUCIONAL**

**14^a
Edição**

—
revista
atualizada
ampliada

2022



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorreia@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

C977 Fernandes, Bernardo Gonçalves.
Curso de Direito Constitucional / Bernardo Gonçalves Fernandes – 14. ed., rev. atual. e
ampl. – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.
1.632 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3767-0.

1. Direito Constitucional. I. Fernandes, Bernardo Gonçalves. II. Título.

CDD 341.2

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

PARTE 1

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1

CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES

1.	O que é uma Constituição? Conceito de Constituição e constitucionalismo. Uma advertência inicial ...	25	7.2.	A Constituição para a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann	56
2.	Um ponto de partida: o conceito histórico-universal e a primeira definição de Constituição: a Constituição material como Constituição real.....	26	7.3.	A Constituição na Teoria Discursiva do Direito e do Estado Democrático de Direito de Jürgen Habermas	57
2.1.	A Constituição material e o seu sentido jurídico-normativo. O movimento do Constitucionalismo na Inglaterra do século XVII. A definição de Constitucionalismo.....	27	7.4.	O Constitucionalismo Abusivo de David Landau.....	59
2.2.	O surgimento das Constituições formais no movimento do constitucionalismo. A Constituição (moderna) como a ordenação sistemática e racional da comunidade política, plasmada em um documento escrito.....	29	7.5.	A sociedade aberta de intérpretes da Constituição de Peter Häberle: Constituição como cultura e processo público.....	60
2.3.	Mas o que acontece com a Constituição material? Ela deixa de existir juridicamente com o surgimento das Constituições formais?.....	29	7.6.	A força normativa da Constituição e a Constituição aberta de Konrad Hesse	62
2.4.	A Constituição formal e a sua relação com a constituição material no decorrer do tempo. Uma rápida advertência!	30	7.7.	A Constituição simbólica de Marcelo Neves e as digressões sobre o transconstitucionalismo (Tese do Transconstitucionalismo).....	63
2.5.	Última digressão: o que é mesmo a Constituição formal? A definição de supralegalidade desenvolvida e explicitada nos EUA no começo do século XIX	30	7.8.	O conceito pluridimensional de Constituição de José Adércio Leite Sampaio.....	68
3.	Classificações das Constituições: teorias tradicionais e usuais na doutrina pátria	31	7.9.	O (novo) Constitucionalismo plurinacional da América Latina e a sua ruptura paradigmática.....	69
4.	Classificação ontológica (ou essencialista) das Constituições de Karl Löwenstein.....	38	7.10.	O Constitucionalismo Feminista e suas Perspectivas Globais.....	71
5.	Reflexões sobre as classificações tradicionais; o conceito de bloco de constitucionalidade; e o entendimento sobre a denominação intitulada de Neoconstitucionalismo.....	39	8.	Classificação quanto à aplicabilidade das Normas Constitucionais: Teoria de José Afonso da Silva.....	75
6.	Última digressão sobre a classificação das Constituições. O nosso ponto de vista (que nós defendemos e não apenas descrevemos): a classificação paradigmática das Constituições, com base na teoria discursiva da Constituição de Jürgen Habermas: uma abordagem crítico-reflexiva das Constituições Clássicas (Estado Liberal), Sociais (Estado Social) e de Estado Democrático de Direito	47	9.	Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Carlos Ayres Britto e Celso Ribeiro Bastos.....	78
7.	Sentidos ou concepções do termo Constituição: sentidos clássicos e contemporâneos	51	10.	Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Maria Helena Diniz.....	79
7.1.	A Constituição dirigente de J. J. Gomes Canotilho: o debate sobre a constituição dirigente e o constitucionalismo moralmente reflexivo.....	54	11.	Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Luís Roberto Barroso.....	79
			12.	Classificação trabalhada por Uadi Lammêgo Bulos das normas constitucionais de eficácia exaurida.....	80
			13.	Estrutura e Elementos das Constituições	80

2

PODER CONSTITUINTE

1.	Introdução	83
1.1.	Um conceito preliminar de Poder Constituinte.....	83
1.2.	Revelar, dizer ou criar uma Constituição?.....	83
2.	Três Leituras Concorrentes no Discurso Jurídico Atual.....	85
3.	Poder Constituinte Originário.....	85
3.1.	Conceito e natureza jurídica	85
3.2.	Classificação	87
3.3.	Características do Poder Constituinte Originário	87
3.4.	Titularidade do Poder Constituinte Originário.....	89

3.5. Poder Constituinte Originário e direitos ad- quiridos.....	91	2.3.3. John Hart Ely e sua concepção pro- cedimental de democracia.....	138
3.6. Dinâmica constitucional.....	91	2.3.4. Cass R. Sunstein: minimalismo judi- cial e as personas constitucionais.....	139
4. Poder Constituinte Derivado de Reforma da Cons- tituição: Espécies e Limitações.....	94	2.3.5. Adrian Vermeule e a virada institu- cional.....	144
4.1. Análise específica do Poder Constituinte derivado de revisão da Constituição.....	96	2.3.6. Mark Tushnet e o Constitucionalis- mo popular.....	146
4.2. Análise específica do Poder Constituinte derivado de reforma via emendas.....	96	2.3.7. Barry Friedman e o constituiona- lismo popular mediado: levando a Constituição para além das Cortes	147
5. Poder Constituinte (Derivado) Decorrente: Espé- cies, Caracteres e Limitações.....	103	2.3.8. O Constitucionalismo Democráti- co da Escola de Yale: Robert Post e Reva Siegel. A análise do efeito Ba- cklash.....	151
6. Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional: Uma Releitura Contemporânea e Sofisticada da Te- oria do Poder Constituinte.....	105	2.3.9. Jeremy Waldron e sua crítica ao <i>ju- dicial review</i>	161

3

HERMENÊUTICA E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

1. Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídi- ca.....	111	2.3.10. Laurence Tribe: <i>Constitutional choices</i>	164
1.1. Esclarecimentos iniciais: hermenêutica x in- terpretação.....	111	2.3.11. Richard Posner: a análise econômi- ca do direito e o movimento antite- órico.....	165
1.2. O desenvolvimento histórico da Hermenêuti- ca: do movimento protestante ao giro her- menêutico e linguístico.....	112	2.3.12. Michael Sandel e sua Filosofia Polí- tica: <i>Justice</i>	168
1.2.1. A Hermenêutica clássica.....	112	2.4. A Hermenêutica Constitucional no para- digma do Estado Democrático de Direito: a ponderação de princípios por meio da téc- nica da proporcionalidade.....	171
1.2.2. A Hermenêutica no movimento do giro hermenêutico e do giro lin- guístico.....	115	2.4.1. Considerações iniciais.....	171
1.3. A Hermenêutica na Ciência Jurídica: do sé- culo XVIII ao século XX (ou do Estado Li- beral ao Estado Social).....	118	2.4.2. Princípios e regras.....	172
1.3.1. Uma disputa inicial: <i>voluntas legis- latoris</i> x <i>voluntas legis</i>	118	2.4.3. A Teoria dos princípios de Hum- berto Ávila e suas contribuições para a derrotabilidade.....	175
1.3.2. Os métodos clássicos de interpreta- ção.....	119	2.4.4. Proporcionalidade x Razoabilidade... ..	178
1.3.3. A interpretação do Direito na Teo- ria Pura de Kelsen.....	121	2.4.5. A estrutura “racional” da propor- cionalidade.....	179
1.3.4. O Positivismo jurídico atual: Posi- tivismo Exclusivista e Inclusivista e o Não Positivismo.....	123	2.4.6. A distinção das teorias de Alexy (ponderação de princípios pela proporcionalidade) e Dworkin (in- tegridade do direito).....	182
2. A Hermenêutica Constitucional.....	126	2.4.7. A racionalidade das decisões judi- ciais: uma apreciação crítica à luz da teoria discursiva do direito e da democracia de Jürgen Habermas	184
2.1. A Hermenêutica Jurídica na era da Herme- nêutica Constitucional.....	126	2.4.8. A Hermenêutica Jurídica na Dou- trina pátria: as contribuições de Lenio Streck em “Verdade e Con- senso”.....	186
2.2. Métodos de interpretação constitucional.....	131	2.4.9. Uma Análise do Ativismo judicial e da Judicialização da Política: deli- mitando as diferenças.....	190
2.3. O debate no Direito Constitucional norte- americano: para além do debate entre in- terpretativistas e não interpretativistas: R. Dworkin, J. H. Ely, C. Sunstein, A. Vermeu- le, M. Tushnet, B. Friedman, Robert Post e Reva Siegel, J. Waldron, L. Tribe, R. Posner e M. Sandel.....	135	2.4.9.1. Premissas iniciais: Intro- dução.....	190
2.3.1. Introdução.....	135	2.4.9.2. Ativismo Judicial: concei- to técnico-jurídico.....	193
2.3.2. Ronald Dworkin e a Teoria da Inte- gridade.....	136		

2.4.9.3. Da Judicialização da Política ao Ativismo Judicial. Diferenças conceituais conforme nosso marco teórico.....	194
2.4.10. Apontamentos sobre os Modelos de Comportamento Judicial.....	196

4

HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

1. Introdução: advertência	201
2. Antecedentes históricos do nosso constitucionalismo..	201
3. A Constituição do Império de 1824	201
4. A Constituição da República de 1891	203
5. A Constituição de 1934.....	206
6. A Constituição de 1937.....	208
7. A Constituição de 1946.....	210
8. A Constituição de 1967.....	212
9. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69).....	214
10. A Constituição de 1988.....	214

PARTE 2**DIREITO CONSTITUCIONAL**

5

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ESTRUTURANTES) DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

1. Introdução	221
2. A noção de Princípios Jurídicos e sua reconstrução a partir do movimento do pós-positivismo	221
3. Classificação dos Princípios Estruturantes.....	224
4. Princípio Republicano.....	224
5. Princípio do Estado Democrático de Direito.....	225
5.1. Introdução: a conexão interna entre Direito e Democracia.....	225
5.2. Estado de Direito.....	226
5.3. Democracia	227
6. Princípio Federativo	229
7. Princípio da Separação de Poderes.....	230
8. Fundamentos do Estado brasileiro	235
8.1. Introdução.....	235
8.2. Soberania	235
8.3. Cidadania.....	236
8.4. Dignidade Humana.....	236
8.5. Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa	241
8.6. Pluralismo Político	243

9. Princípios que fixam os objetivos primordiais a serem perseguidos pela CR/88	243
10. Princípios que traçam diretrizes a serem adotadas nas relações internacionais.....	245

6

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. O que são direitos fundamentais?.....	249
1.1. Introdução: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais.....	249
1.2. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	251
1.3. Classificação dos direitos fundamentais: constitucional-literaL	252
1.4. Classificação dos direitos fundamentais: Gerações de direitos fundamentais	253
1.5. Direitos Fundamentais e suas funções: Uma análise introdutória	257
1.6. Direitos Fundamentais como direitos de defesa	259
1.7. Direitos Fundamentais como normas de proteção de institutos jurídicos.....	259
1.8. Direitos Fundamentais como garantias positivas para o exercício das liberdades.....	260
1.9. Direitos Fundamentais como Garantias Institucionais	261
1.10. Deveres Fundamentais.....	262
2. Estrutura das normas sobre direitos fundamentais: direitos ou valores?	264
3. Características dos direitos fundamentais.....	264
4. Titulares dos direitos fundamentais	267
5. Vinculação dos Poderes Públicos	268
6. Limites (Restrições) aos direitos fundamentais e a tese dos limites dos limites	269
7. Suporte fático dos direitos fundamentais.....	272
7.1. Elementos do suporte fático.....	272
7.1.1. Suporte fático, âmbito de proteção e intervenção nas diferentes espécies de normas de direitos fundamentais.....	272
7.1.2. A crítica de Virgílio Afonso da Silva: o elemento da ausência de fundamentação constitucional.....	274
7.2. Espécies de suporte fático.....	274
8. Colisões entre Direitos Fundamentais e a crítica a elas.....	277
9. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas: eficácia horizontal.....	280
10. Direitos Humanos.....	286
10.1. Histórico dos Direitos Humanos a partir de uma perspectiva clássica.....	286
10.2. Etapa de Conversão em Direito Positivo.....	286
10.3. Etapa de Generalização.....	287

10.4.	Etapa de Internacionalização	287	5.2.	Função Social da propriedade	409
10.4.1.	Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos.....	288	5.3.	Formas de intervenção estatal no direito de propriedade: Servidão, Desapropriação e Requisição	410
10.5.	Universalismo, Relativismo (cultural) e Multiculturalismo	292	5.3.1.	Servidão	410
10.5.1.	Introdução	292	5.3.2.	Desapropriação	410
10.5.2.	Alcance e aplicabilidade dos direitos humanos: universalismo e relativismo cultural	292	5.3.3.	Requisição.....	413
10.5.3.	Diferentes correntes do universalismo e do relativismo cultural	294	5.4.	Proteção constitucional ao bem de família ...	414
10.5.4.	Críticas à dicotomia entre o universalismo e o relativismo: multiculturalismo	295	6.	Direito à privacidade, direito à intimidade, direito à imagem e direito à proteção de dados pessoais	414
10.5.5.	Integridade Transnacional dos Direitos Humanos	296	7.	Quebras de sigilos: de correspondência, comunicação telegráfica e de dados. Interceptação telefônica e gravação clandestina.....	419
10.5.6.	Considerações finais	298	8.	A inviolabilidade do domicílio.....	430
11.	Justiça de transição	298	9.	Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada	433
11.1.	Introdução	298	10.	O direito ao devido processo legal (constitucional) e seus princípios correlatos.....	445
11.2.	Conceito e Características.....	299	10.1.	Devido Processo Legal, Contraditório, Ampla Defesa, Juiz Natural, Acesso à Justiça e Duração Razoável do Processo	445
11.3.	Elementos da Justiça de Transição	300	10.2.	Presunção da Inocência e sua análise jurisprudencial.....	453
11.3.1.	Justiça.....	300	10.3.	Garantias Constitucionais de cunho Penal e Processual Penal à luz da Dignidade da pessoa Humana.....	476
11.3.2.	Verdade e Memória.....	301	10.4.	Juiz das Garantias e o Pacote anticrime da Lei nº13.964 de 24.12.2019.....	491
11.3.3.	Reparação das vítimas e de suas famílias	303	10.5.	Tribunal do Júri na Constituição de 1988 e na legislação infraconstitucional	497
11.3.4.	A Justiça de Transição no Brasil	304	11.	Provas ilícitas e as provas lícitas derivadas das provas ilícitas	506
12.	Direito dos animais.....	305	12.	Colaboração premiada e seus reflexos no STF	511
13.	Estatuto da Pessoa com Deficiência	311	13.	Direito Geral de informação, direito de certidão e direito de petição	523

7

DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS E COLETIVOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

1.	Introdução: a noção de dignidade da pessoa humana como postulado/axioma justificante dos direitos fundamentais.....	319
2.	Vida.....	323
3.	Liberdade	334
3.1.	Liberdade de ação	335
3.2.	Liberdade de manifestação de pensamento e de expressão	335
3.3.	Liberdade de Consciência e Liberdade de crença	361
3.3.1.	Liberdade de Consciência	361
3.3.2.	Liberdade Religiosa e Liberdade de crença	365
3.4.	Liberdade de locomoção	378
3.5.	Liberdade de profissão	379
3.6.	Liberdade de reunião	383
3.7.	Liberdade de associação.....	386
4.	Igualdade	389
5.	Propriedade	406
5.1.	Conceito de propriedade	406

8

AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1.	Mandado de segurança	537
1.1.	Conceito.....	537
1.2.	Requisitos do Mandado de Segurança... ..	538
1.3.	Espécies de Mandados de Segurança	540
1.4.	Direito Líquido e Certo.....	540
1.5.	Cabimento	541

1.6.	Legitimidade do Mandado de Segurança	547	6.5.	Cabimento do <i>habeas corpus</i>	604
1.7.	Competência no Mandado de Segurança	551	6.6.	Legitimidade ativa e passiva.....	609
1.8.	Procedimento.....	553	6.7.	Competência	610
1.9.	Decisão, Efeitos e Recursos Possíveis.....	559	6.8.	Procedimento, decisão e recursos cabíveis....	612
1.10.	Prazo do Mandado de Segurança.....	563	6.9.	Considerações finais.....	613
2.	Mandado de Segurança Coletivo.....	565	7.	Reclamação.....	624
2.1.	Conceito.....	565	7.1.	Introdução.....	624
2.2.	Finalidades.....	566	7.2.	Conceito e Natureza Jurídica	625
2.3.	Legitimidade do Mandado de Segurança Coletivo.....	566	7.3.	Hipóteses de Cabimento.....	626
2.4.	Procedimento.....	569	7.3.1.	Para preservar a competência do Tribunal.....	626
2.5.	Decisão e Seus Efeitos	569	7.3.2.	Para garantir a autoridade de decisão do Tribunal.....	627
3.	Mandado de injunção.....	572	7.3.3.	Para Garantir a Observância de Súmulas Vinculantes do STF.....	628
3.1.	Conceito e Antecedentes Históricos	572	7.3.4.	Para garantir a observância de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade.....	628
3.2.	Finalidades.....	573	7.3.5.	Para garantir a observância ao precedente proferido em julgamento de demandas repetitivas e ao precedente proferido em incidente de assunção de competência	629
3.3.	Espécies de Mandado de Injunção	573	7.3.6.	Reclamação proposta contra decisão que tenha descumprido tese fixada pelo STF em recurso extraordinário julgado sob o rito da repercussão geral.....	630
3.4.	Requisitos.....	573	7.4.	Da Legitimidade.....	631
3.5.	Legitimidade.....	575	7.5.	Do Procedimento.....	633
3.6.	Competência	576			
3.7.	Procedimento.....	577			
3.8.	Decisão, recursos viáveis e o relevante debate dos efeitos da decisão concessiva da injunção.....	578			
3.9.	Considerações Finais.....	585			
4.	<i>Habeas Data</i>	587			
4.1.	Conceito.....	587			
4.2.	Cabimento.....	588			
4.3.	Legitimidade	588			
4.4.	Competência	590			
4.5.	Procedimento.....	590			
4.6.	Decisão.....	591			
4.7.	Considerações finais.....	592			
5.	Ação Popular	593			
5.1.	Antecedentes Históricos	593			
5.2.	Conceito.....	593			
5.3.	Requisitos da Ação Popular.....	594			
5.4.	Legitimidade.....	594			
5.5.	Procedimento.....	596			
5.6.	Competência	597			
5.7.	Decisão na Ação Popular	598			
5.8.	Considerações finais.....	598			
6.	<i>Habeas corpus</i>	599			
6.1.	Origem do <i>habeas corpus</i> , a doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> e a sua inserção nas Constituições pátrias (breve histórico).....	599			
6.2.	Conceito e natureza jurídica do instituto.....	601			
6.3.	Algumas características da ação de <i>habeas corpus</i>	601			
6.4.	Espécies de <i>habeas corpus</i>	602			

DOS DIREITOS SOCIAIS

1.	Introdução	635
1.1.	Conceito e desenvolvimento – perspectiva histórica.....	635
2.	Os Direitos Sociais: características, vinculatidade e delimitação constitucional: Das normas programáticas aos direitos subjetivos <i>prima facie</i>	636
3.	A ideia de um “mínimo existencial”.....	638
4.	A “cláusula” da reserva do possível como limite de implementação dos direitos sociais.....	639
5.	Princípio da Proibição (vedação) do Retrocesso.....	645
6.	Classificação dos Direitos Sociais.....	647
7.	Direitos Sociais do Trabalhador	648
8.	Direitos Sociais da Seguridade Social	663
8.1.	Direito à Saúde.....	663
8.2.	Direito à Previdência Social	665
8.3.	Direito à Assistência Social	665
9.	Direitos Sociais à Educação e à Cultura.....	665
9.1.	Direito à Educação	665

9.2. Direito à Cultura.....	667
10. Direitos relativos à moradia	668
11. Direitos Sociais ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado	668
12. Direitos Sociais da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso	669

10

DIREITOS DA NACIONALIDADE

1. Conceito de nacionalidade e algumas definições: povo, população, nação e cidadão	671
2. Natureza jurídica dos direitos de nacionalidade	671
3. Espécies de nacionalidade	671
4. Critério de aquisição da nacionalidade primária.....	671
5. Critério de aquisição da nacionalidade secundária....	672
6. Análise específica do Brasil	672
6.1. Nacionalidade primária	672
6.2. Nacionalidade secundária	674
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados	678
8. Perda do direito de nacionalidade	679
9. Reflexões sobre a lei de migração (Lei nº 13.445/2017). Extradicação, transferência de execução de pena e de pessoa condenada. Das medidas de retirada compulsória: expulsão, deportação e repatriação. Asilo político e refúgio.....	683
9.1. A nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).....	683
9.2. Extradicação	685
9.2.1. Conceito de extradicação.....	685
9.2.2. Espécies de extradicação.....	685
9.2.3. Procedimento para a extradicação e decisão sobre ela	686
9.2.4. Requisitos para a extradicação	689
9.3. Transferência de Execução de Pena e da Pessoa Condenada.....	700
9.4. Das Medidas de Retirada Compulsória.....	702
9.4.1. Expulsão.....	702
9.4.2. Deportação	705
9.4.3. Repatriação	706
9.5. Asilo Político e Refúgio.....	706

11

DIREITOS POLÍTICOS

1. Conceito.....	711
2. Espécies	711
3. Direito de Sufrágio: núcleo dos Direitos Políticos.....	717
3.1. Conceito de Sufrágio	717
3.2. Espécies de Sufrágio	718
3.3. Digressões sobre o voto.....	718
4. Sistemas eleitorais.....	720

5. Direitos políticos positivos	725
6. Direitos políticos negativos	730
7. Inelegibilidades: absolutas e relativas.....	730
8. Perda ou suspensão dos direitos políticos.....	753
9. Princípio da anualidade (ou da anterioridade) da legislação eleitoral.....	756
10. Dos partidos políticos	758
10.1. As federações de partidos	767
10.2. Financiamento de campanha. Financiamento de campanha das mulheres. Acesso ao rádio e à televisão. Debates eleitorais. Fidelidade partidária e extinção do mandato	771
10.2.1. Financiamento de Campanha.....	771
10.2.2. Financiamento de Campanha das Mulheres (Lei nº13.165/2015 e o entendimento do STF).....	782
10.2.3. Acesso ao Rádio e à Televisão (Direito de Antena)	786
10.2.4. Debates Eleitorais	791
10.2.5. Fidelidade Partidária e a Extinção dos Mandatos	792
11. Vacância de cargos políticos no sistema majoritário.....	798

12

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

1. Introdução	801
2. Espécies ou tipos de formas de Estado	801
3. Análise específica do Federalismo presente em nossa atual Constituição: Antecedentes históricos do federalismo no Brasil. Estrutura do nosso atual federalismo. a posição da União e a questão da inexistência de hierarquia entre os entes federativos. O conceito de Autonomia dos entes federativos e suas capacidades	804
4. Técnicas de repartição de competências.....	812
5. Análise da repartição de competências na constituição de 1988	813
6. Considerações finais sobre a organização do estado: Princípio da Simetria. Regiões Administrativas ou de Desenvolvimento. Bens da União. Bens dos Estados. Homogeneidade Federativa. Análise dos Territórios. Complementações sobre o Distrito Federal. Criação de Novos Estados. Criação de Novos Municípios.....	889

13

DA INTERVENÇÃO FEDERAL

1. Princípios que regem a intervenção federal.....	901
1.1. Princípio da excepcionalidade.....	901
1.2. Princípio da Taxatividade.....	902
1.3. Princípio da temporalidade.....	902
2. Conceito.....	902

3. Procedimentos	902
4. Intervenção Estadual.....	906
5. A recente intervenção federal no estado do Rio de Janeiro.....	908

14

PODER LEGISLATIVO

1. Funções	911
1.1. Funções típicas.....	911
1.2. Funções atípicas	911
2. Composição e atribuições.....	911
2.1. Comentários sobre o Teto Remuneratório: um histórico recente.....	917
3. Funcionamento e Estrutura do Poder Legislativo	924
3.1. Funcionamento	924
3.1.1. Legislatura	924
3.1.2. Sessão legislativa ordinária (sessão legislativa).....	924
3.1.2.1. Exceções.....	924
3.1.3. Período legislativo	924
3.1.4. Sessão preparatória	924
3.1.5. Sessão ordinária	925
3.1.6. Sessão extraordinária	926
3.1.7. Sessão legislativa extraordinária.....	926
3.1.8. Sobre os Quóruns	927
3.2. Estrutura das Casas legislativas.....	928
3.2.1. Mesas das Casas. O que são as mesas?.....	928
3.2.2. Comissões.....	933
4. Estatuto dos Congressistas	942
4.1. Conceito.....	942
4.2. Análise.....	942
4.3. Imunidade Material.....	943
4.4. Imunidade Formal.....	948
4.5. Outras Imunidades dos Parlamentares.....	972
4.6. Impedimentos e vedações dos Parlamentares. Perda de mandato dos Parlamentares e Temas Conexos. Caso do Mensalão (AP nº 470).....	974
5. Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas: Tribunal de Contas da União. Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal. Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. Tribunais de Contas do Município.....	987

15

PROCESSO LEGISLATIVO

1. Conceito	1005
1.1. Conceito jurídico	1005
1.2. Conceito sociológico.....	1005

2. Espécies Normativas Primárias	1005
3. Tipos de processo legislativo	1005
3.1. No que diz respeito à organização política....	1005
3.2. No que diz respeito ao aspecto técnico jurídico	1006
4. Fases do processo legislativo	1006
4.1. Fase introdutória (de iniciativa)	1006
4.2. Fase constitutiva.....	1007
4.3. Fase complementar (integração de eficácia).....	1007
4.4. Observações sobre a fase de iniciativa ou introdutória.....	1007
4.4.1. Conceito de iniciativa	1007
4.4.2. Espécies de iniciativa	1007
4.4.3. Observações finais sobre a fase de iniciativa	1008
5. Processo Legislativo Ordinário – Lei ordinária	1013
6. Processos Legislativos Especiais – Leis Complementares	1021
6.1. Leis Complementares: Conceito.....	1021
6.2. Procedimento para elaboração de leis complementares	1021
7. Processos Legislativos Especiais – Leis Delegadas	1024
7.1. Leis Delegadas: Conceito.....	1024
7.2. Procedimentos	1024
8. Medidas Provisórias	1025
8.1. Conceito.....	1025
8.2. Diferenças: Antes e depois da EC nº 32/01 da CR/88	1025
8.3. Procedimentos de tramitação de uma MP	1029
8.3.1. Aprovação de uma Medida Provisória sem emendas	1029
8.3.2. Aprovação de uma Medida Provisória com emendas.....	1030
8.4. Observações Finais sobre as medidas provisórias	1035
9. Processo Legislativo Especial das Emendas Constitucionais.....	1040
9.1. Conceito.....	1040
9.2. Procedimento.....	1040
10. Processo Legislativo especial dos Decretos Legislativos e Resoluções	1045
10.1. Conceito geral	1045
10.2. Conceito de Decreto Legislativo.....	1045
10.3. Procedimento do Decreto Legislativo.....	1045
10.4. Conceito de Resoluções	1045
10.5. Procedimento das Resoluções.....	1045

16

PODER EXECUTIVO

1. Introdução	1047
2. Funções	1047

2.1.	Função típica do Poder Executivo	1047	3.2.2.	Inamovibilidade	1127
2.2.	Funções atípicas do Poder Executivo	1047	3.2.3.	A irredutibilidade dos subsídios	1128
3.	Sistema de governo: Presidencialismo, Parlamentarismo e Semipresidencialismo	1047	4.	Observações importantes sobre o Poder Judiciário	1130
3.1.	Conceito	1047	5.	Estrutura e composição dos órgãos do Poder Judiciário	1136
3.2.	Principais espécies	1048	5.1.	Supremo Tribunal Federal	1137
4.	Reflexões sobre o Presidencialismo de Coalizão	1050	5.2.	Uma pequena Reflexão Crítica: <i>quis custodiet ipsos custodes?</i>	1169
4.1.	Introdução: Heterogeneidade, Dilema Institucional e Presidencialismo de Coalizão	1050	5.3.	Súmulas Vinculantes	1174
4.2.	A Dinâmica do Presidencialismo de Coalizão: Eixo Partidário-Parlamentar, Eixo Regional e Índices de Fracionamento Governamental. As considerações acerca do presidencialismo de coalizão em relação ao atual momento político brasileiro	1051	5.4.	A Teoria dos Precedentes no novo CPC de 2015	1182
4.3.	Considerações Finais	1054	5.4.1.	Introdução	1182
5.	Estrutura do Poder Executivo	1055	5.4.2.	Conceito	1183
5.1.	Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições	1055	5.4.3.	Fundamentos do Respeito aos Precedentes: Segurança Jurídica	1185
5.2.	Reflexões sobre o Indulto Individual (graça) concedida pelo Presidente da República ao Deputado Daniel Silveira	1066	5.4.4.	Eficácia Jurídica e Efeitos dos Precedentes	1186
5.3.	Vice-Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições	1074	5.4.5.	Deveres Gerais dos Tribunais relacionados aos precedentes	1190
5.4.	Ministros de Estado: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições	1074	5.4.5.1.	Algumas Reflexões Críticas	1192
5.5.	Conselho da República e Conselho da Defesa	1079	5.4.6.	A dinâmica da aplicação dos precedentes	1193
6.	Crimes de Responsabilidade e Crimes Comuns do Presidente da República	1079	5.4.6.1.	Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: <i>distinguishing</i>	1193
6.1.	Crimes de responsabilidade do Presidente da República	1080	5.4.6.2.	<i>Overruling</i>	1194
6.1.1.	Conceito	1080	5.4.7.	Algumas considerações críticas quanto à teoria dos precedentes no novo CPC/2015	1196
6.1.2.	Procedimento	1081	5.5.	Superior Tribunal de Justiça	1198
6.1.3.	Crime de responsabilidade do Vice-Presidente da República	1098	5.6.	Tribunal Superior do Trabalho e a Justiça do Trabalho	1204
6.2.	Crimes Comuns do Presidente da República	1099	5.7.	Tribunal Superior Eleitoral e a Justiça Eleitoral	1210
6.2.1.	Conceito	1099	5.8.	Superior Tribunal Militar e a Justiça Militar	1211
6.2.2.	Procedimento	1099	5.9.	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais e Tribunais de Justiça e Juízes de Direito	1216
6.3.	Crimes dos Governadores de Estado e dos Prefeitos	1102	5.10.	Considerações Finais sobre o Poder Judiciário	1229
			5.10.1.	Justiça de Paz	1229
			5.10.2.	Quinto Constitucional	1230
			5.10.3.	Juizados Especiais	1232
			6.	Precatórios	1233
			6.1.	Emenda Constitucional nº 62/2009 e o entendimento do STF	1244
			6.2.	Emenda Constitucional nº 94/2016, Emenda Constitucional nº 99/2017, Emenda Constitucional nº 109/2021, Emenda Constitucional nº 113/2021 e Emenda Constitucional nº 114/2021	1248
			6.3.	A questão da incidência dos juros de mora nos precatórios	1252

PODER JUDICIÁRIO

1.	Funções do Poder Judiciário	1107
2.	Órgãos do Poder Judiciário: introdução	1108
2.1.	Análise do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	1108
3.	Garantias	1123
3.1.	Garantias Institucionais	1123
3.2.	Garantias dos membros	1126
3.2.1.	A vitaliciedade	1126

- 6.4. A questão da constitucionalidade do art. 86 'do ADCT inserido pela Emenda Constitucional nº 37/2002 1253

18

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. Ministério Público 1255
2. Advocacia pública 1282
3. Advocacia 1290
4. Defensoria pública 1298

19

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1. Introdução: Finalidade das Medidas 1319
2. Princípios Norteadores 1320
3. Estado de Defesa 1321
3.1. Conceito e Hipóteses 1321
3.2. Hipóteses 1321
3.2.1. Requisitos para a Decretação 1321
3.3. Procedimento 1321
3.4. Prazo 1321
3.5. Abrangência 1322
3.6. Controle 1322
3.7. Restrições de Direitos 1322
4. Estado de Sítio 1323
4.1. Conceito 1323
4.2. Hipóteses 1323
4.3. Procedimento 1323
4.4. Prazo 1323
4.5. Abrangência 1324
4.6. Controle 1324
4.7. Restrições 1324
5. Forças Armadas 1325
6. Segurança Pública 1328
6.1. Polícias da União 1330
6.2. Polícias dos Estados 1330
6.3. Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital 1331
6.4. Considerações importantes sobre as Polícias civis e Militares 1332
6.5. Polícia do Distrito Federal 1341
6.6. Polícia dos Municípios 1341
6.7. Segurança Viária 1344

20

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Conceito 1347
2. Espécies (tipos) de inconstitucionalidade 1348

3. Matrizes e Modalidades de Controle de Constitucionalidade 1354
4. Análise do Brasil: Regra geral e exceções (outros controles) 1359
5. Notas históricas sobre o controle de constitucionalidade judicial 1363
6. Análise específica da Regra Geral 1366
6.1. Controle difuso-concreto no Brasil: Procedimento 1366
6.2. Controle difuso-concreto no Brasil: Efeitos e a análise da tese da mutação constitucional 1371
6.3. Algumas observações finais sobre o controle difuso in concreto: Reinterpretação e modificação de decisão proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade, Modulação de efeitos no juízo de não recepção, Quórum no juízo de não recepção, e a Questão do Controle difuso via Ação Civil Pública 1382
6.4. Controle Concentrado de Constitucionalidade no Brasil. ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade 1385
6.4.1. Conceito 1385
6.4.2. Parâmetro e Objeto da ADI 1385
6.4.3. Legitimidade 1398
6.4.4. Procedimento da ADI 1402
6.4.5. Julgamento da ADI 1409
6.4.6. Algumas observações finais sobre a ADI 1423
6.5. Procedimento da medida cautelar 1429
6.6. Procedimento especial (diferenciado) na ADI 1430
6.7. ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade 1431
6.7.1. Conceito 1431
6.7.2. Objeto 1431
6.7.3. Finalidade da ADC 1431
6.7.4. Legitimidade 1432
6.7.5. Procedimento 1432
6.7.6. Julgamento da ADC 1433
6.7.7. Efeitos da decisão da ADC 1433
6.7.8. Observações finais sobre a ADC 1433
7. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 1434
7.1. Conceito 1434
7.2. Objeto 1434
7.3. Legitimidade 1436
7.4. Espécies de ADI por omissão (ADO) 1436
7.5. Procedimento 1436
7.5.1. Procedimento da ADI por omissão total 1437
7.5.2. Procedimento da ADI por omissão parcial 1437

7.6.	Julgamento da ADI por omissão total ou parcial.....	1438	12.	As Sentenças Intermediárias no Controle de Constitucionalidade.....	1474
7.6.1.	Efeitos da decisão de uma ADI por omissão (ADO).....	1438	12.1.	Introdução.....	1474
7.7.	Observações finais sobre a ADI por omissão (ADO).....	1441	12.2.	Sentenças interpretativas.....	1475
8.	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação de Inconstitucionalidade Interventiva).....	1443	12.2.1.	A interpretação conforme a Constituição.....	1475
8.1.	Conceito.....	1443	12.2.2.	Declaração de inconstitucionalidade (nulidade) parcial sem redução de texto.....	1476
8.2.	Finalidades.....	1443	12.3.	Sentenças aditivas.....	1477
8.3.	Objeto.....	1443	12.4.	Sentenças aditivas de princípios.....	1478
8.4.	Legitimidade ativa.....	1444	12.5.	Sentenças substitutivas.....	1478
8.5.	Procedimento.....	1444	13.	Sentenças Transitivas.....	1479
8.6.	Julgamento.....	1445	13.1.	Introdução.....	1479
8.7.	Efeitos da decisão: provimento de uma ADI interventiva.....	1445	13.2.	Sentenças de inconstitucionalidade sem efeito ablativo.....	1481
8.8.	Observações finais sobre a ADI interventiva.....	1445	13.3.	Sentença de inconstitucionalidade com ablação diferida.....	1481
9.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	1446	13.4.	Sentenças de apelo ou apelativas (declaração de constitucionalidade de norma “ainda” constitucional ou declaração de constitucionalidade provisória ou inconstitucionalidade progressiva).....	1482
9.1.	Conceito.....	1446	13.5.	Sentenças de aviso.....	1482
9.2.	Espécies de ADPF.....	1447	13.6.	Conclusão sobre as Sentenças intermediárias.....	1482
9.3.	Objeto.....	1448	14.	Estado de coisas inconstitucional.....	1483
9.4.	Legitimidade.....	1451	15.	Controle de convencionalidade.....	1489
9.5.	Procedimento.....	1451	16.	A teoria dos diálogos institucionais (constitucionais) e a superação (reação) legislativa.....	1492
9.6.	Julgamento.....	1456	17.	O papel das cortes constitucionais.....	1498
9.7.	Efeitos da decisão da ADPF.....	1456	18.	Sobre a Deliberação nos Tribunais (Cortes) Constitucionais.....	1499
9.8.	Observações finais.....	1456	19.	Jurisdição constitucional fraca e os novos desenhos institucionais: o novo modelo de constitucionalismo da comunidade britânica.....	1504
10.	Controle Concentrado <i>In Abstracto</i> de Constitucionalidade no Âmbito Estadual e do DF.....	1459			
11.	Últimas considerações sobre o Controle de Constitucionalidade.....	1467			
11.1.	Interpretação conforme a Constituição.....	1467			
11.1.1.	Introdução.....	1467			
11.1.2.	Conceito.....	1468			
11.1.3.	Efeitos da interpretação conforme a Constituição.....	1468			
11.1.4.	Observação final.....	1468			
11.2.	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.....	1469			
11.2.1.	Introdução.....	1469			
11.2.2.	Conceito.....	1469			
11.2.3.	Observações finais.....	1469			
11.3.	Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade.....	1470			
11.4.	Declaração de constitucionalidade de lei “ainda” constitucional.....	1470			
11.5.	Sentenças intermediárias: sobretudo as sentenças normativas (ou sentenças manipulativas).....	1472			
11.5.1.	Conceito.....	1472			

DA ORDEM ECONÔMICA E DA ORDEM SOCIAL

1.	O Conceito de “Ordem”.....	1507
2.	A Ordem Econômica.....	1507
2.1.	A Ordem Econômica e a Constituição Econômica.....	1508
2.2.	A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988.....	1508
2.3.	Princípios da Ordem Econômica.....	1515
2.3.1.	Função social da propriedade urbana/rural.....	1516
2.3.2.	Livre concorrência.....	1517
2.3.3.	Defesa do consumidor.....	1518
2.4.	A política urbana.....	1519

2.4.1.	Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana.....	1520	3.2.4.	Pensão por morte.....	1546
2.5.	A política agrícola e fundiária.....	1521	3.2.5.	Considerações finais.....	1546
2.5.1.	Desapropriação para fins de Reforma Agrária.....	1521	3.3.	Assistência social.....	1552
2.6.	Do Sistema Financeiro Nacional.....	1522	3.4.	A educação, a cultura e o desporto.....	1554
3.	A Ordem Social.....	1524	3.5.	A ciência e tecnologia.....	1567
3.1.	A seguridade social.....	1524	3.6.	A comunicação social.....	1568
3.1.1.	Saúde.....	1525	3.7.	O meio ambiente.....	1568
3.2.	A Previdência Social e a sua recente reforma pela Emenda Constitucional nº 103/2019.....	1538	3.8.	A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso: As decisões da União Estável Homofóbica e da Criminalização da Homofobia e Transfobia nos termos da Lei 7.716/89.....	1575
3.2.1.	Aposentadoria voluntária no regime geral de previdência social.....	1539	3.9.	Os Quilombolas.....	1599
3.2.2.	Aposentadoria voluntária no regime próprio de previdência social da União.....	1542	3.10.	Os índios.....	1602
3.2.3.	Outras formas de aposentadoria.....	1544	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1613	
			ANEXO - Emenda Constitucional nº 95/2016 - Teto dos Gastos Públicos.....	1625	